

Operação Condor: o “Mercosul” do terror

SAMANTHA VIZ QUADRAT*

Resumo: Este artigo examina a criação e a atuação da Operação Condor, ou seja, a organização conjunta das forças de repressão e informação dos países sob ditadura no Cone Sul. Examinamos as condições que permitiram a criação da Condor, seus colaboradores e casos de maior destaque. Da mesma maneira, analisamos os processos abertos em tribunais internacionais, especialmente o da Espanha, coordenado pelo juiz Baltazar Garzón.

Abstract: This article examines creation and actuation of Condor Operation, which was the organization that jointed repression and information forces of countries under dictatorship in South Cone. The conditions which permitted the creation of Condor, his collaborators and special cases were examined. By this way, were studied the processes moved in international courts, specially in the Spanish, coordinated by judge Baltazar Garzón.

Palavras-chaves: Cone Sul. Repressão. Ditadura.

Key words: South Cone. Repression. Dictatorship.

Com o fim das ditaduras militares nos países do Cone Sul, em meados da década de 80, iniciou-se uma série de protestos e tentativas de apurações dos crimes cometidos contra os direitos humanos. Neste sentido, um dos pontos que tem chamado atenção e ocupado um grande espaço na mídia, tanto nacional quanto internacional, está relacionado ao intercâmbio das forças de repressão e informação de tais países, hoje conhecido como Operação Condor.

As denúncias da realização de ações conjuntas ocorreram ainda durante os períodos ditatoriais. Dentre elas, podemos, desde já, destacar o seqüestro de Lílian Celiberti¹ e os testemunhos de pessoas detidas, e depois soltas, no Estádio Nacional do Chile.²

* Doutoranda em História na Universidade Federal Fluminense.

¹ Lílian Celiberti foi seqüestrada junto com o seu marido, Universindo Rodríguez Díaz, e seus dois filhos menores, Camilo e Francesca, na cidade de Porto Alegre (RS-Brasil), em novembro de 1978. A ação, planejada por agentes da repressão uruguaios

No entanto, ainda não se sabia como esta colaboração estava organizada e qual era o grau de participação de cada país e, muito menos, seus colaboradores não oficiais. Isto só foi possível com a descoberta dos documentos secretos da polícia secreta do ditador paraguaio Alfredo Stroessner, em 22 de dezembro de 1992, quando, após uma denúncia anônima, a imprensa e líderes de organizações de defesa dos direitos humanos no Paraguai se dirigiram para o Departamento de Produções da Polícia de Investigações – em Lamaré –, onde se encontravam os arquivos da repressão paraguaia. Nas pilhas de documentos encontrados estavam fotos, documentos pessoais de mortos e desaparecidos e documentos oficiais da polícia que permitiram compreender a atuação da repressão paraguaia assim como comprovar a existência de um *mercúrio do terror*, a Operação Condor.³

Além desta documentação, a cooperação na repressão também tem sido comprovada por diversos documentos do governo norte-americano liberados recentemente para a consulta de pesquisadores nos Estados Unidos e pela rede mundial de computadores, a Internet. Em consequência, o governo norte-americano tem sofrido uma pressão internacional exercida através de grandes veículos de comunicação, como o jornal francês *Le Monde*, para que abra todos os arquivos referentes ao caso Condor.

A Operação Condor, aparentemente, foi idealizada pelo coronel Manuel Contreras, chefe da DINA,⁴ sob a alegação de que estava em curso um processo de união das esquerdas dos países do Cone Sul e de outros países através da Junta Coordenadora Revolucionária (JCR). Segundo um documento do serviço secreto paraguaio, a JCR havia sido criada em Paris no final de 1973 e, em 1974, teria transferido a sua sede para a Argentina.⁵

Em 29 de outubro de 1975, o governo chileno convocou uma reunião com os principais representantes do setor de inteligência dos países do Cone Sul para discutirem acerca dos métodos de combate à subversão em seus países. A reunião se deu na capital

e brasileiros, foi amplamente divulgada na época pela imprensa, o que teria frustrado os planos dos oficiais de manter tudo em sigilo como de costume. Por ter cidadania uruguaia e italiana, Lúlian entrou com uma ação na Justiça da Itália exigindo a punição dos responsáveis pelo seu seqüestro.

² Ver: ROLLEMBERG, Denise. *Exílio: entre raízes e radares*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

³ Devemos destacar que ainda não sabemos se este nome oficial foi utilizado por todos os países, já que, em alguns documentos, este nome não aparece, em especial na documentação brasileira.

⁴ Dirección de Inteligencia Nacional, a polícia secreta do governo Pinochet.

⁵ BOCCIA, Alfredo; GONZÁLEZ, Myriam; PALAU, Rosa. *Es mi informe*. Asunción: Ediciones CDE, 1994, p. 254-255.

chilena, Santiago, entre os dias 25 de novembro a 1º de dezembro de 1975. No convite da DINA para a reunião que daria origem à Operação Condor apresentava-se a seguinte justificativa:

"La subversión desde hace algunos años, se encuentra presente en nuestro Continente, amparada por concepciones políticas-económicas que son fundamentalmente contrarias a la Historia, a la Filosofía, a la Religión y a las costumbres propias de los países de nuestro Hemisferio. [...].

Para enfrentar esta Guerra Psicológica, hemos estimado que debemos contar en él ámbito internacional con un mando centralizado en su accionar interno, sino que con una Coordinación eficaz que permita un intercambio oportuno de informaciones y experiencias además con cierto grado de conocimiento personal entre los Jefes responsables de la Seguridad."⁶

Na reunião, o coronel Contreras propôs, e assim ficou acertado, que a DINA seria a sede de toda a Operação. Cabe observar que, apesar de haver um país sede, as ações ocorriam independentes de uma ordem vinda do comando central, ou seja, os agentes agiam de acordo com o seu superior hierárquico imediato ou mais próximo.

Outro ponto que ficou acertado foi a criação de um banco de dados sobre organizações e pessoas envolvidas em atividades políticas de oposição na América do Sul. Este banco de dados, similar ao da *Interpol*, era voltado para o combate à subversão, "una central de informaciones, 'moderna y agil', que dispusera de teléfonos con disimuladores de voz, mensajes codificadas, correos y télex",⁷ com os objetivos de "mantener el intercambio de informaciones e inteligencia; intensificar las medidas de seguridad en las fronteras; profundizar el combate antisubversivo; actuar de forma independiente dentro de su territorio; cobrar los gastos de la transferencia de los presos al país interesado; transmitir siempre los mensajes en códigos".⁸

Afora os países do Cone Sul, a Operação Condor também contou com participantes eventuais como o Peru.⁹ Neste sentido, três casos se destacam. O primeiro foi o seqüestro seguido da morte do montonero Carlos Alberto Maguid, que vivia legalmente em

⁶ A cópia do documento me foi enviada pela Comissão de Direitos Humanos do Congresso Nacional do Brasil.

⁷ MARIANO. *La Operación Cóndor*. Buenos Aires: Lohlé-Lumen, 1998. p. 16-17.

⁸ *Idem*, p. 20.

⁹ Sobre a participação do Peru, ver: PIERINI, A.; JAURETCHE, E. Tres casos de desaparación y asesinato organizados por la Operación Cóndor. In: MOHR, José L. D'ANDREA. *Memoria deb(v)ida*. Buenos Aires: Colihue, s.d. CD-ROM.

Lima. Maguid foi seqüestrado em 12 de abril de 1977 por oficiais peruanos, que o entregaram a militares argentinos ainda na capital peruana. Segundo depoimentos de sobreviventes da Escuela de Mecánica de la Armada (ESMA-Argentina), Maguid foi visto com vida pela última vez nesta instituição em 1977. O segundo caso foi o seqüestro da montonera María Inés Raverta e de Julio Cesar Ramirez, em 12 de junho de 1980, em Lima. No mesmo dia, após denunciar esta ação, a madre de la Plaza de Mayo Noemi Esther Gianetti de Molfino também foi seqüestrada. Através de depoimentos foi possível identificar a participação de oficiais argentinos e peruanos nestas ações, assim como que os três seqüestrados foram levados para uma unidade militar peruana e submetidos a todo tipo de tortura.¹⁰

A Operação também contou com apoio de companhias aéreas, como a Lan Chile e Aerolíneas Argentinas, médicos, funcionários de cemitérios e Institutos Médicos Legais. E para as ações na Europa, de grupos de extrema direita espanhóis e italianos, como a Vanguarda Nacional.¹¹

No que se refere à troca de informações, esta já era uma prática legal e comum antes dos golpes militares. A Argentina e o Chile possuíam um acordo de cooperação. E nos arquivos do DOPS (RJ) é possível encontrar documentos, desde a década de 30, nos quais são solicitadas informações sobre brasileiros que viviam no exterior e estrangeiros residentes no Brasil. Inclusive, existe um memorando datado de 24 de março de 1948 no qual o chefe da polícia política chilena, Luís Brun D'Avoglio, propõe uma colaboração entre os dois países porque, na sua visão, as agitações políticas que os países sul-americanos estavam sofrendo no momento eram motivadas, dentre outros fatores, pela presença de estrangeiros.¹² Diante do advento da Guerra Fria e da ênfase anticomunista difundida pela ideologia da segurança nacional, o que já era comum tomou uma dimensão ainda maior.

Este artigo, portanto, se propõe a estudar não só a Operação Condor, mas, também, o intercâmbio preexistente entre os governos destes países. Tal intercâmbio se dava de diferentes formas,

¹⁰ De acordo com as investigações, María Inés acabou morrendo vítima do suplício de Tupac Amaru, no qual foram utilizados automóveis ao invés de cavalos. Ramirez assassinado em La Paz (Bolívia). E Noemi, assassinada em Madrid (Espanha). Todos vítimas da Operação Condor.

¹¹ Ver: CALLONI. *Los años del lobo*. Buenos Aires: Peña Lillo e Continente, 1999; e PAZ, Alfredo Boccia. *Operativo Cóndor: un ancestro vergonzoso?* Buenos Aires: IDES, 1999, n. 7.

¹² *Veja*, 1º de novembro de 2000, p. 62-63.

dentre as quais podemos destacar: cursos para a formação de oficiais, conferências bilaterais entre os exércitos, auxílio nas ações golpistas, circulação de material impresso como manuais e dicionários bem como da própria circulação de informações sobre elementos considerados "subversivos". Desta maneira, podemos afirmar que a culminância deste intercâmbio foi a montagem da Operação Condor.

1 Os antecedentes da Condor

Ao longo dos anos, especialmente a partir da década de 50, os laços de camaradagem e cooperação entre as Forças Armadas foram estreitados através da convivência nas academias militares de treinamento tanto no Panamá como nos Estados Unidos. A divulgação da ideologia da segurança nacional e a crença na necessidade de combater o comunismo na América Latina acabou por aproximar os oficiais e as próprias instituições – que superaram disputas históricas e territoriais – diante da necessidade da cooperação entre os países.

Uma demonstração desta cooperação, antes da montagem da Operação Condor, foi o auxílio do SNI e do CIE, o órgão de informações do Exército, ao general boliviano Hugo Banzer¹³ com armas, dinheiro e agentes para que ele pudesse derrubar o general Juan José Torres, considerado esquerdista.¹⁴

Posteriormente, o envio de agentes do SNI para o Chile, em 1971, sob governo de Salvador Allende com a intenção de desestabilizar a política chilena e conseguir informações sobre brasileiros exilados neste país. Um destes agentes enviados foi o conhecido chefe da polícia paulistana, delegado Sérgio Paranhos Fleury.¹⁵

O golpe de 11 de setembro e a ascensão de Pinochet têm sido apontados como sendo o início de uma colaboração mais intensa entre os grupos de extrema direita e militares na região do Cone Sul. Inclusive, o próprio nome Condor estaria associado à bandeira chilena, já que a ave está presente neste símbolo nacional. Não sendo incomum que atentados anteriores à data oficial da criação da Operação, como o assassinato do general chileno Carlos Prats, em 30 de setembro de 1974, em Buenos Aires (Argentina), sejam apontados como ações da Condor.

¹³ Hoje, presidente eleito da Bolívia, afirma que a Operação Condor era uma simples troca de informações.

¹⁴ *O Globo*, 5 de janeiro de 1999, p. 27. Cabe mencionar que o general Juan José Torres foi assassinado em Buenos Aires, sendo apontado como uma das vítimas da Operação Condor.

¹⁵ SADER, Emir. *Chile*. São Paulo: Brasiliense, 1991, p. 68.

A repressão no Chile, assim como nos demais países, teve início imediatamente após o golpe de 11 de setembro de 1973. O Estádio Nacional, localizado em Santiago, transformou-se numa grande prisão e serviu de cenário para fuzilamentos sumários.

No caso do Brasil, além dos presos – alguns desaparecidos – é apontada também a presença de militares brasileiros, especialmente a do capitão e agente do CENIMAR Alfred Poek e um sargento do Exército, Robertão. Este tinha a sua própria máquina de choque elétrico para torturar os presos políticos.¹⁶

Entre os desaparecidos no estádio figura o nome do norte-americano Charles Horman.¹⁷ Em recentes documentos liberados pelo governo dos Estados Unidos,¹⁸ é possível comprovar que a CIA forneceu e/ou confirmou informações sobre as atividades políticas de Horman. Tais informações tornaram-se uma sentença de morte para ele. Além de Horman, dois outros norte-americanos morreram no Chile, foram eles: Frank Teruggi, em 1973, e Boris Weisfeiler, em 1985.¹⁹

Um outro caso que chama atenção neste momento, e já demonstra a disposição dos governos ditatoriais em colaborar uns com os outros, foi a prisão seguida do assassinato do boliviano Jorge Ríos Dalenz, menos de 24 horas após o golpe chileno.²⁰

Dalenz foi levado de sua casa às 10 horas da manhã do dia 12 de setembro e morto dois dias depois. Sobre ele pesava a acusação de ter sido um dos fundadores do MIR, na Bolívia do general Bánzer. Aos seus familiares só restou requisitar o corpo dentre os muitos que se amontoavam no Instituto Médico Legal de Santiago. Dalenz, segundo os seus familiares: “tenía la misma ropa del día en que se lo llevaron, una camisa blanca toda teñida de sangre. Tenía una clavícula fracturada y las rodilleras del pantalón desgarradas, con rodillas descubiertas”.²¹

¹⁶ *O Globo*, 4 de janeiro de 1999, p. 27.

¹⁷ A história da morte de Horman e as buscas empreendidas por seu pai para conseguir que lhe entregassem o seu corpo deu origem ao filme *Missing – Desaparecido* (1982), de Costa-Gravas.

¹⁸ Ver: <http://www.cia.gov>

¹⁹ Informe Hinchey sobre las actividades de la CIA en Chile In: <http://www.derechos.org/nizkor/chile/doc/hinkey+e.html>. Consultado em novembro de 2000.

²⁰ No período anterior ao golpe que derrubou Salvador Allende foi realizada, pelos grupos golpistas, uma intensa campanha contra os estrangeiros no Chile. Com o advento do golpe, estes estrangeiros, especialmente os que estavam na condição de exilados políticos, foram perseguidos pelas tropas do general Pinochet. Para mais informações sobre o clima de horror contra estrangeiros ver: SIRKIS, Alfredo. *Roleta chilena*. Rio de Janeiro: Record, 1981.

²¹ MÉRIDA, Wilson G. Un cochabambino en manos de Pinochet. In: <http://derechos.org/nizkor/chile/doc/bol.html> – Consultado em setembro de 2000, p. 3.

Mais duas ações chilenas em cooperação com a Argentina merecem destaque e chamam atenção por sua ousadia e pelo fato de terem ocorrido antes do golpe argentino.

O primeiro foi o assassinato do ex-ministro de Salvador Allende, o general Carlos Prats González e sua esposa, Sofia Cuthbert, ocorrido em 30 de setembro de 1974. O segundo foi a *Operação Colombo*, através da qual foram espalhados 119 cadáveres em diversas regiões da Argentina e plantadas na imprensa chilena falsas informações acerca de uma possível invasão guerrilheira no Chile.

A propósito do assassinato de Pratts, já foi possível comprovar o envolvimento do norte-americano Michael Townley, sobre o qual falaremos mais adiante, de membros da DINA e da Dirección Federal de La Policía de Buenos Aires, que teria fornecido placas e credenciais falsas, além de membros da Aliança Anticomunista Argentina (Triple A).²² Do mesmo modo, é possível comprovar que o Chile montou uma empresa fantasma, a COPIHUE S.A, em Buenos Aires, para servir de fachada para a atuação dos agentes chilenos.²³

Em 1975, a ONU designou uma comissão especial para apurar o que estava ocorrendo no Chile diante de tantas denúncias de violações graves dos direitos humanos. Para tentar desviar a atenção da comissão e da sociedade chilena, foi utilizada uma estratégia típica da guerra psicológica desenvolvida pelos militares latino-americanos: a disseminação de informações falsas.

A *Operação Colombo* se deu em duas frentes, a saber: a distribuição de cadáveres mutilados na Argentina, com identificação falsa de pessoas tidas como desaparecidas, e a disseminação de uma campanha nos meios de comunicação afirmando que estas pessoas estavam articulando uma invasão guerrilheira ao Chile e acabaram mortos por seus próprios companheiros. Para esta ação, os chilenos contaram mais uma vez com a ajuda da Triple A.²⁴

São muitos os casos já comprovados e documentados de cooperação entre os países antes da montagem da Operação Condor, especialmente entre o Chile e a Argentina, não por acaso os dois países mais ativos na Condor. O que se justifica não só por esta cooperação prévia como também pelo próprio tipo de repressão que estes dois países conheceram. A ditadura argentina não apre-

²² CUYA, Esteban. *La 'Operación Cóndor': el terrorismo de Estado de alcance transnacional*. In: KO'AGA ROÑE'ETA se.vii (1996) – <http://www.derechos.org/vii/1/cuyas.html> – Consultado em julho de 1998, p. 2.

²³ Calloni, op. cit., p. 50.

²⁴ CODEPU. *La gran mentira: el caso de las listas de los 119*. Santiago: CODEPU, 1994.

sentou nenhum canal de negociação com a sociedade civil, optando pelo extermínio em massa. O Chile de Pinochet a princípio seguiu o mesmo caminho. O maior índice de mortos no governo Pinochet está compreendido nos dois primeiros anos de ditadura para, em seguida, tornar-se mais seletivo.

Para finalizar este item é interessante ressaltar que antes mesmo da montagem da Condor, a CIA já estava a par da existência de uma cooperação bilateral entre os serviços de inteligência do Cone Sul para seguir e até mesmo assassinar oponentes políticos.²⁵

2 O treinamento conjunto

Com a missão de divulgar a doutrina americana e ensinar militares dos países aliados da América Latina a combater o avanço do comunismo,²⁶ o presidente norte-americano John Kennedy reformulou a Escola do Exército Americano no Caribe, instalada desde 1946 no Panamá. Estava criada então a School of the Americas Watch.

Como parte do treinamento, cerca de 60.000 militares latino-americanos foram enviados para a Escola Militar das Américas. As fontes disponíveis sobre esta Escola são as apostilas de cursos e a relação dos alunos que passaram por ela,²⁷ muitos dos quais envolvidos em acusações de torturas e violações dos direitos humanos em seus países. Como exemplo podemos citar os ditadores Roberto Viola e Leopoldo Galtieri, na Argentina; o fundador do Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica (CISA), João Paulo Moreira Burnier, no Brasil; e Jorge Zara (envolvido no assassinato de Carlos Prats) e Augusto Lutz (participante do golpe que destituiu Salvador Allende), no Chile.

A Escola das Américas foi uma das responsáveis pela disseminação do anticomunismo na América Latina, identificando qualquer tentativa de contestação aos regimes estabelecidos ou

²⁵ Informe Hinchey sobre las actividades de la CIA en Chile, op. cit., p. 6.

²⁶ *Jornal do Brasil*, 10 de maio de 1998, p. 18.

²⁷ As apostilas de curso e a relação dos alunos podem ser encontradas no site: <http://www.derechos.net/soaw>. Este site pertence a uma ONG que pressionava o governo norte-americano a fechar a Escola. Em maio deste ano (2001), o Congresso dos EUA acabou fechando a USARSA e, paralelamente, aprovou a proposta do Pentágono para abrir, no mesmo local, o Instituto de Defesa para a Cooperação de Segurança da Segurança no Hemisfério, que treinará soldados latino-americanos. Mais uma vez as organizações defensoras dos direitos humanos iniciaram os protestos para que este Instituto também seja fechado, alegando que o treinamento continuará a ser o mesmo.

movimentos de "esquerda" com a ideologia comunista. Além de ter incentivado uma mudança na ideologia militar ao trazer para dentro das suas fronteiras o inimigo, a Escola permitiu a convivência entre os militares latino-americanos, em especial do Cone Sul. Os laços criados a partir de meses de treinamentos, bem como a formação de um pensamento comum, podem ser apontados como um dos fatores principais para o estabelecimento de ações conjuntas entre os seus países, como a exemplo da Operação Condor.²⁸

Após o final da Segunda Guerra Mundial e o advento da Guerra Fria assistimos a um maior investimento na área de inteligência em diversos países do mundo, inclusive nos latino-americanos. Com a instalação da ditadura militar, estes investimentos foram incrementados assim como ocorreu um aumento do envio dos militares para a Escola.

Nas apostilas dos cursos da Escola das Américas podemos encontrar modelos de fichas para se fazer uma informação,²⁹ o estudo de armas, planos para se fazer um cerco a um local onde estivessem "terroristas", a importância de se ter um agente infiltrado e de cooptar pessoas que pertençam ao grupo e, inclusive, o livro do guerrilheiro Carlos Marighella, *Minimanual do guerrilheiro urbano*, difundido por ele em junho de 1969 dentre as principais organizações guerrilheiras no Brasil e de outros países.

Além deste treinamento oferecido no Panamá, os Estados Unidos também se ocuparam em treinar policiais militares em seu próprio território e enviar para diversos países, como o Brasil e Uruguai, especialistas para treinar a corporação local. A pesquisadora Martha Huggins³⁰ aponta que esta cooperação já existia desde os anos 20 e o contexto da Guerra Fria só fez aumentar estes laços.

O fomento cabia a AID/USAID (Agency for International Development), responsável por conter o avanço comunista nos países da América Latina, África e Ásia. O auxílio não era o mesmo para todos os países e variava de acordo com o nível de ameaça que cada nação estava sofrendo. Esta ajuda vinha através de treinamento ou ainda em forma de verbas

²⁸ Ver: QUADRAT, Samantha Viz. *O vôo do condor: a repressão militar nos países do Cone Sul*. Rio de Janeiro: CFCH/UFRJ, 1999. V Jornada de Pesquisadores de Ciências Humanas. Esta idéia pode ser comprovada nos documentos do *Arquivo do Horror*, dentre os quais encontram-se cartas pessoais contendo informações sobre outras pessoas, bem como documentos oficiais sem o protocolo necessário. Ver: Paz, González e Aguilar, op. cit., p. 245-265.

²⁹ Os documentos paraguaios de posse do Arquivo do Horror são claros neste sentido, pois seguem o mesmo formato do SNI.

³⁰ HUGGINS, M. *Polícia e Política*. São Paulo: Cortez, 1998.

No território americano, a Academia Internacional de Polícia (IPA), em Washington, foi um grande centro de treinamento para policiais e militares latino-americanos e asiáticos. Era a linha de frente no combate ao comunismo e servia também como ponte de informações sobre o estado da polícia em seus países e a política de segurança do seu governo.

A origem da IPA está fincada na Academia Interamericana de Polícia (IAPA), criada em 1962 pela CIA, no Panamá. No momento da sua transferência para a capital norte-americana e transformação em IPA, já havia formado cerca de 700 policiais em apenas um ano de funcionamento.³¹ Os convidados para cursarem a Academia Internacional de Polícia eram 60% latino-americanos e que já possuíam cargos importantes dentro do sistema de inteligência em seu país de origem.³² Ao lado da IPA, funcionavam também o National War College e o Colégio Interamericano de Defesa.

No que concerne à vinda de especialistas dos Estados Unidos para assessorar e treinar os membros dos órgãos de segurança, um dos casos de maior destaque diz respeito ao policial Dan Mitrione, que treinou tanto a polícia brasileira quanto a uruguaia, e acabou morto durante um seqüestro realizado pelos tupamaros, no Uruguai. Cabia a estes agentes um duplo papel: fortalecer o ideal anti-comunista, treinando as forças de segurança, e enviar relatórios periódicos sobre a situação política e militar do país onde atuavam. Em Dan Mitrione recaem, ainda, acusações de que ele costumava seqüestrar mendigos das ruas de Belo Horizonte para servirem de cobaias em aulas de torturas.³³

As técnicas de interrogatório ensinadas incluíam desde o ambiente físico em que deveria ser feito (salas fechadas e sem janelas); o telefone não deveria ter campainha, apenas uma luz; o ambiente deveria ser a prova de som; os interrogatórios mais importantes deveriam ser gravados sem que o interrogado percebesse, além disto deveria ser feito por mais de um policial, que deveriam dividir-se entre o "bom" e o "mau", e ao interrogador também recaía a responsabilidade de observar se o preso estava mentindo através de sinais como: suor, perda da cor, pulso acelerado, respiração pesada e boca seca.³⁴ A tortura era oficialmente condenada pela instituição, o que não impedia que os instrutores tivessem opinião própria acerca do tema e que o seu uso não fosse discutido amplamente durante os cursos.

³¹ Idem, p. 127.

³² Idem, p. 128.

³³ Para mais informações acerca das atividades de Dan Mitrione ver: LANGGUTH, A.-J. *A face oculta do terror*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

³⁴ Idem, p. 117-118.

Os cursos incluíam palestras, exibição de filmes, atividades com explosivos e exercícios práticos criados a partir de situações imaginárias.³⁵

Os Estados Unidos também contribuíram com assistência financeira. No ano fiscal de 1963 o Military Assistance Program (MAP) destinou grande parte de seus fundos ao treinamento de contra-insurgência. Através do MAP, foi possível a compra de equipamentos e treinamentos. A ajuda militar norte-americana para a América Latina correspondente aos anos entre 1950 a 1970 totalizou 1,3 bilhão de dólares.³⁶

O Brasil também atuou na formação de agentes de inteligência na América Latina. A princípio, a formação era feita na ESG, onde eram ministrados diversos cursos e conferências sobre informações. O primeiro curso foi oferecido em 1959 e durou apenas um ano. A retomada dos cursos nesta área só ocorreu em 1965, um ano após o golpe militar e a criação do SNI. No entanto, nos foi possível localizar um apostila contendo conferências realizadas no Estado-Maior do Exército, durante o 2º semestre de 1962, voltadas para a guerra revolucionária e anticomunismo.³⁷ A palestra ministrada pelo então major Paulo Campos Paiva descrevia os aspectos básicos do marxismo, conteúdo aprendido por ele no 1º curso de Guerra Revolucionária na Argentina. O curso foi ministrado por professores civis da Faculdade de Buenos Aires e já demonstra uma cooperação prévia nestes treinamentos.³⁸

Dali em diante, com a criação, em 1973, da Escola Nacional de Informações (ESNI), que ficou responsável pela formação dos novos quadros das forças de segurança, o curso na ESG foi extinto. Na nova escola, os oficiais aprendiam línguas estrangeiras, doutrinas políticas, história, etc. Vários estrangeiros vieram estudar tanto na ESG quanto na ESNI, com destaque para o major e reconhecido torturador, Osvaldo Henrique Romo Mena, um dos chefes da DI-NA chilena, órgão que os agentes brasileiros ajudaram a montar.

Além destes treinamentos, os exércitos também promoviam conferências bilaterais³⁹ e o intercâmbio de material produzido

³⁵ Idem, p. 112-115.

³⁶ Idem, p. 75.

³⁷ 2ª Seção do EMAer. *Guerra Revolucionária*. S.l, s.d.

³⁸ PAIVA, Paulo Campos. Aspectos básicos do marxismo. In: Id., p. 7-38.

³⁹ Em novembro de 1987 ocorreu, em Mar del Plata, uma destas conferências, conforme documento encontrado no Arquivo do Horror, na qual o principal objetivo ainda era a realização de operações antissubversivas de cooperação mútua. A cópia deste documento me foi doada pela Comissão de Defesa dos Direitos Humanos do Congresso Nacional do Brasil.

pelos órgãos de informações também foi uma constante, como é o caso do “Dicionário de termos, expressões, nomes e siglas utilizados pelos subversivos terroristas”, encontrado no Arquivo do Horror.⁴⁰ Este dicionário foi produzido pelo delegado brasileiro Edsel Magnotti e constitui uma fonte fundamental para a compreensão da atuação dos órgãos de repressão e dos conceitos criados por eles.

3 O operativo condor

Num telegrama de 28 de setembro de 1976, o agente secreto do FBI Robert Scherrer⁴¹ afirma que o *modus operandi* da Operação Condor pode ser dividido em três fases.

A fase 1 foi dedicada à formação de um banco de dados acerca da subversão. Para isso foram criados códigos que impedissem a compreensão da mensagem caso ela fosse interceptada por algum membro estranho à Operação. O segundo ponto fundamental para a troca de informações foi a realização de diversas conferências relacionadas à inteligência entre os países participantes da Operação. E por fim, a figura do adido militar adquiriu uma enorme importância no período, porque, além de fornecer informações sobre presos políticos ou exilados através, dentre outros estratagemas, da mala diplomática, observavam o dia a dia do país onde serviam. No acervo do Ministério da Justiça, de posse do Arquivo Nacional (RJ), existem relatórios das embaixadas brasileiras sobre as atividades dos brasileiros em outros países. No Chile, eram vigiados o atual ministro da saúde, José Serra, e no México, o atual líder do MST, João Pedro Stédile.

A segunda fase da Operação Condor demonstra a existência de ações conjuntas em território dos países membros. Através dela, foi possível a troca de prisioneiros sem qualquer registro oficial de entrada ou saída do país, bem como o envio dos agentes de investigação.

As pessoas eram retiradas das prisões ou de suas casas na maioria das vezes à noite para não chamar a atenção. Ao serem colocados no carro eram encapuzados para não reconhecerem o caminho. “Muitas pessoas eram assassinadas nas fronteiras e jogadas nos rios da bacia do Prata, recebendo o título de ‘desaparecidas’. Outras continuavam detidas, sem qualquer registro de entrada ou saída, podendo se tornarem novamente presos oficiais ou serem incluídas na lista de desaparecidos”.⁴²

⁴⁰ GUENA, Márcia. Arquivo do horror: documentos secretos da ditadura do Paraguai (1960-1980). São Paulo: Memorial da América Latina, 1996, p. 43.

⁴¹ www.derechos.org/nizkor/chile/amp.html. Consultado em outubro de 2000.

⁴² Guena, op. cit., p. 80.

Na Argentina, algumas pessoas seqüestradas estavam na condição de refugiados; algumas com a sua radicação legalizada e outras sob amparo do Alto Comissariado das Nações Unidas.⁴³ Havia também um Centro Clandestino de Detenção voltado para prisão e tortura de prisioneiros estrangeiros. A oficina automotiva Orlett funcionava no subúrbio residencial de Flores, Buenos Aires. As estimativas de grupos de defesa dos direitos humanos é que tenham passado por este Centro entre os meses de maio e dezembro de 1976 cerca de 80 presos uruguaios, chilenos, paraguaios, bolivianos e cubanos. A oficina era rodeada por residências, uma escola e pela linha de trem que abafava os gritos e gemidos. Muitos não sabiam que em seu subsolo eram cometidas diversas atrocidades por militares argentinos e dos países dos próprios presos que vinham interrogá-los.⁴⁴

A terceira e última fase tinha como objetivo formar equipes que atuassem em qualquer parte do mundo no combate aos "inimigos". O caso mais conhecido desta fase diz respeito ao assassinato de Orlando Letelier, em Washington.

O vôo do condor não ficou restrito ao continente americano e alcançou também o velho mundo. Em 6 de outubro de 1975, o ex-vice-presidente do Chile e alto dirigente do Partido Democrata Cristão, Bernardo Leighton e a sua esposa, Ana Fresno, sofreram um atentado à bala na capital italiana, Roma.

Estes e outros atentados, alguns já descritos no decorrer deste artigo, foram comandados pelo norte-americano Michael Townley, um ex-informante da CIA que se tornou um seguidor fiel do chefe da DINA, Contreras. Townley forneceu informações para a polícia norte-americana no caso Letelier em troca da sua liberdade. Desde então, integra o Programa de Proteção às Testemunhas vivendo nos Estados Unidos com outro nome e talvez um novo rosto modificado por cirurgias plásticas.⁴⁵

Os países membros da Operação Condor também cooperaram nestes atentados fornecendo documentos e placas de carros falsos para que não pudessem ser identificados.

⁴³ SÁBATO, Ernesto (org.). *Nunca mais*. Porto Alegre: L&PM, 1984, p. 190.

⁴⁴ *O Globo*, 3 de janeiro de 1999, p. 40.

⁴⁵ O testemunho de Townley pode ser consultado na home-page da CIA (<http://www.cia.gov>).

4 A participação brasileira

Como uma das ditaduras mais antigas, junto com a paraguaia, dentro do quadro que estamos estudando, os militares brasileiros colaboraram com seus colegas de fardas nos processos golpistas, nos treinamentos e na perseguição à opositores políticos. E não foi diferente com a Operação Condor.

Com relação ao caso Condor, já foi possível identificar, através dos documentos do *Arquivo do Horror*, que o SNI era o nosso principal representante, por ser o órgão máximo do serviço de inteligência brasileiro.⁴⁶ No entanto, isto não excluía os demais órgãos de agirem além das fronteiras ou de “ajudarem” os nossos vizinhos a prenderem estrangeiros no Brasil.

Um ponto que chama a atenção no caso brasileiro é o fato do país ter entrado na Operação justo no momento em que o presidente da República, Ernesto Geisel, anunciava à nação o processo de abertura política. Cabe destacar que o anúncio da abertura, ainda que de forma gradual e segura, provocou a revolta dos grupos da comunidade de informação e repressão, que deram início a uma série de atentados visando desestabilizar o processo de transição alardeando que o “perigo comunista” ainda estava presente no interior do país.⁴⁷

Neste sentido, “para dar prosseguimento ao seu projeto de abertura, Geisel deveria exercer um controle maior sobre a comunidade de informações, devendo afastar os seus líderes públicos para conseguir o respaldo popular e ao mesmo tempo manter o aparato repressivo atuante para conter a oposição”.⁴⁸

As ondas de greves e a mobilização da sociedade civil pelo retorno ao Estado de Direito demonstravam que a comunidade de informações deveria ser controlada, mas não desmontada porque ela era útil ao controle da oposição e do próprio processo da transição.

⁴⁶ Sobre a estrutura da repressão no Brasil ver: QUADRAT, Samantha Viz. *Poder e informação: o sistema de inteligência e o regime militar no Brasil*. Rio de Janeiro: IFCS-UFRJ, 2000. Dissertação de mestrado.

⁴⁷ São muitos os exemplos destes atentados, dentre eles podemos destacar: as explosões de bombas na sede da ABI e da OAB, no governo Geisel, atentados contra banca de jornais que vendiam jornais considerados de esquerda e o caso mais conhecido que foi a explosão da bomba no Riocentro, durante o governo Figueiredo.

⁴⁸ Sobre o processo de abertura e os órgãos de informações ver: QUADRAT, Samantha Viz. Os militares, a comunidade de informações e a abertura. In: LINHARES, Maria Yedda (org.). *História Geral do Brasil*. 9. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000, p. 380-381.

O presidente Figueiredo, assim como o seu antecessor, também não desmontou o aparelho repressivo. Esta atitude só foi tomada em 1990, quando o presidente eleito Fernando Collor de Mello encerrou as atividades do SNI, mas não as militares que continuam a atuar até os dias de hoje.

A manutenção das atividades de informações e repressão no processo de abertura acabou permitindo a entrada do Brasil na Operação Condor.

5 Os tribunais internacionais e a luta contra a impunidade

Atualmente as organizações defensoras dos direitos humanos lutam para encontrar uma brecha nas leis de anistias que possibilitem a punição de pessoas envolvidas com a repressão. Um dos caminhos encontrados corresponde à abertura de processos em tribunais internacionais, possibilitado pela dupla cidadania que alguns desaparecidos possuíam. Existem processos tramitando em vários países europeus, como Itália e França. No entanto, o processo de maior destaque é o que corre na justiça espanhola.

O processo espanhol teve início em março de 1996, quando o espanhol Carlos Castasana leu em um jornal que estava próximo o dia de completar vinte anos do golpe militar argentino. A partir desta leitura, Castasana observou que na lista de desaparecidos constavam muitos espanhóis, o que o levou a apresentar queixa na Audiência Nacional.

À causa, que parecia impossível, uniu-se o juiz Baltazar Garzón, que ao longo destes quatro anos tem tentado desvendar os caminhos seguidos pelas forças de repressão – inclusive a Condor – e, assim, fazer justiça, alegando que o extermínio de opositores levado a cabo pelas ditaduras militares chilena e argentina era um crime contra a humanidade, portanto imprescritível e longe do alcance das auto-anistias decretadas por estes governos. No entanto, o processo espanhol só adquiriu uma projeção internacional quando, em 1999, Garzón pediu a extradição do ditador chileno Augusto Pinochet, que estava na Inglaterra para a realização de exames médicos.

Desde a divulgação deste processo várias pessoas têm se encaminhado à justiça espanhola para depor ou enviado documentos que possam levar para a prisão seus algozes. Os grupos de direitos humanos solicitam que sejam incluídos também

como responsáveis pela Operação Condor além do general Pinochet, os argentinos Jorge Videla,⁴⁹ Emílio Massera e Leopoldo Galtieri, o uruguaio Gregório Alvarez e o boliviano Hugo Banzer. Nesta lista também se encontrava o nome do ex-presidente João Baptista Figueiredo, falecido em 2000. Além disso, solicitam também a abertura dos arquivos secretos militares, para que as famílias de desaparecidos possam saber o destino de seus filhos, netos, irmãos, pais e avós.

⁴⁹ Em 10 de julho de 2001, por ordem do juiz argentino Rodolfo Canicoba Corral, Jorge Rafael Videla foi preso por ter criado e participado da Operação Condor, num processo movido por quase uma dezena de pessoas, dentre elas Sara Rita Mendez. Sara, que é uruguaia, foi presa na Argentina, onde teve o seu filho, Simon Riquelo, seqüestrado apenas 20 dias após ela ter lhe dado à luz. Até hoje a criança não foi encontrada. Para saber mais ver: <http://www.simonriquelo.org.uy>